

GOVERNANÇA DIGITAL E ÉTICA ALGORÍTMICA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Rômulo Bochimpani de Barros¹.

¹Instituto Federal Fluminense (IFF), Campos dos Goytacazes, RJ. <http://lattes.cnpq.br/1033090050469266>

PALAVRAS-CHAVE: Governança Digital. Ética Algorítmica. Educação Pública.

ÁREA TEMÁTICA: Ética e Governança Corporativa.

DOI: 10.47094/IIICONACON.2025/RE/7

INTRODUÇÃO

A incorporação de tecnologias baseadas em inteligência artificial (IA) e algoritmos de decisão tem alterado significativamente a forma como as políticas educacionais são planejadas, executadas e avaliadas. No âmbito da administração pública educacional, a digitalização da gestão vem sendo acompanhada por desafios éticos e regulatórios que exigem uma nova abordagem sobre governança e responsabilidade social.

A chamada *governança digital* amplia a capacidade dos gestores públicos de integrar informações, planejar políticas com base em dados e monitorar resultados com maior precisão. No entanto, o uso de algoritmos em processos de avaliação, seleção ou priorização de recursos levanta questões sensíveis sobre transparência, justiça e equidade.

Dessa forma, a ética algorítmica emerge como campo essencial para compreender como decisões automatizadas podem reproduzir ou mitigar desigualdades existentes. O presente trabalho propõe refletir sobre as implicações da adoção de algoritmos na gestão educacional pública, destacando a importância da governança digital ética e transparente como pilar da modernização institucional.

OBJETIVO

Analisar os desafios e possibilidades da governança digital na educação pública, com foco na ética algorítmica e na transparência das decisões automatizadas, discutindo o papel do gestor público como mediador entre tecnologia, equidade e responsabilidade social.

METODOLOGIA

O estudo tem abordagem qualitativa e teórico-conceitual, natureza básica e objetivos exploratórios e descritivos. Adota como procedimentos a pesquisa bibliográfica e documental, reunindo autores e documentos que tratam da relação entre ética, governança

e inteligência artificial na administração pública.

Entre as bases consultadas, incluem-se relatórios da ENAP e da UNESCO sobre ética digital e uso de IA na educação, além de produções recentes que abordam a regulação de algoritmos (Silva, 2022; Santos, 2023).

A análise teórica organiza-se em torno de três eixos: (1) a transformação digital da gestão pública; (2) a ética e a governança algorítmica; e (3) o papel do gestor educacional como intérprete ético das tecnologias emergentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Governança digital e transformação institucional

Agovernança digital pode ser compreendida como a capacidade de coordenar pessoas, processos e tecnologias em torno do uso responsável da informação. No campo educacional, ela possibilita a integração entre dados administrativos, indicadores de aprendizagem e processos de gestão pedagógica, permitindo diagnósticos mais precisos e políticas mais eficazes. Entretanto, a digitalização não é neutra. Conforme Meireles e Dantas (2020), a adoção de tecnologias exige uma reconfiguração institucional que envolva princípios éticos, participação social e transparência na formulação de políticas públicas.

2. O desafio da ética algorítmica

A ética algorítmica refere-se à análise dos impactos morais e sociais decorrentes de decisões automatizadas. Algoritmos podem reproduzir vieses históricos, privilegiar determinados grupos ou tomar decisões sem clareza sobre seus critérios.

Em contextos educacionais, sistemas de predição de evasão escolar, avaliação de desempenho ou alocação de recursos podem gerar injustiças se não houver mecanismos de auditoria e controle. Santos (2023) ressalta que o gestor público deve compreender a estrutura lógica dos algoritmos que utiliza, garantindo que estejam alinhados a valores de equidade e inclusão.

3. Transparência e accountability na educação digital

A governança digital ética requer transparência algorítmica, ou seja, a divulgação dos critérios, fontes de dados e limitações dos sistemas utilizados.

Além disso, é necessário fortalecer a accountability - a responsabilidade institucional pelas decisões tomadas a partir de tecnologias automatizadas.

Silva (2022) defende que a transparência deve ser acompanhada de educação digital cidadã, permitindo que servidores e cidadãos compreendam o funcionamento dos sistemas e participem de forma informada da gestão pública.

A ética algorítmica, nesse sentido, torna-se parte de uma cultura institucional que equilibra eficiência tecnológica e responsabilidade social.

4. O gestor educacional como mediador ético

O avanço da IA na administração pública não substitui o papel humano; pelo contrário, amplia a necessidade de mediação crítica e ética.

O gestor educacional deve atuar como intérprete dos dados e dos algoritmos, questionando suas premissas e assegurando que decisões digitais reflitam valores humanos e democráticos.

A governança digital só se consolida quando gestores, servidores e cidadãos compartilham a responsabilidade pela integridade dos processos e pelo uso justo das informações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração de algoritmos e IA na educação pública exige mais do que infraestrutura tecnológica - requer maturidade ética, institucional e social.

A governança digital, quando orientada por valores de justiça, transparência e equidade, pode fortalecer a eficiência e a legitimidade das políticas educacionais.

O desafio não está apenas em programar sistemas, mas em formar gestores capazes de compreender seus impactos éticos e garantir que as tecnologias sirvam à inclusão e à democracia.

Assim, a ética algorítmica deve ser vista como parte constitutiva da governança digital, assegurando que o avanço tecnológico caminhe lado a lado com os princípios da educação pública e do bem comum.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

MEIRELES, J. F.; DANTAS, L. G. **Transformação Digital na Administração Pública: o papel do servidor e a gestão de competências**. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 19, n. 1, p. 55–78, 2020.

SANTOS, P. R. **Governança Algorítmica e Transparência na Gestão Pública**. Brasília: ENAP, 2023.

SILVA, M. L. **Ética e Inteligência Artificial na Educação Pública: desafios da automação responsável**. Curitiba: Juruá, 2022.

UNESCO. **Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial**. Paris: UNESCO, 2021.